

Ata da 41ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 16/01/2008, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

### **Membros Participantes:**

1. José Domingos Gonzalez Miguez – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
4. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente
5. Leíza Dubugras – Casa Civil
6. André Odenbreit de Oliveira – Ministério das Relações Exteriores

### **Outros Participantes:**

1. Haroldo de Oliveira Machado Filho – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. João Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
4. Osvaldo Luiz Ceotto – Ministério do Meio Ambiente
5. Samira Sana F de Souza – Ministério de Minas e Energia
6. Claudia Maria Rezende de Souza – Ministério da Ciência e Tecnologia/CONJUR
7. Paula Bennati – Ministério do Meio Ambiente
8. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
9. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
10. Larissa Schmidt – Ministério da Ciência e Tecnologia
11. Gustavo Luedemann – Ministério da Ciência e Tecnologia
12. Cesar Nunes de Castro – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
13. Sofia Shellard – Ministério da Ciência e Tecnologia
14. Francisco Romário Wojcicki – Ministério das Minas e Energia
15. Luiz Eduardo Freitas Tinoco – Ministério do Meio Ambiente
16. Gustavo Tavares da Costa – Ministério do Meio Ambiente
17. Mauro Meirelles – Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas aos representantes dos ministérios.

### **1. Aprovação da Ata da 40ª reunião da Comissão Interministerial.**

O Secretário Dr. José Domingos Gonzalez Miguez indagou aos membros da Comissão se teriam alguma correção a fazer na minuta de Ata da 40ª reunião da CIMGC.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério das Minas e Energias, informou que tinha, durante a 40ª reunião, esclarecido uma expressão que a Eletrobrás havia utilizado na carta que foi enviada à CIMGC. Tal expressão “já em processo de registro” segundo a interpretação do MME e da própria Eletrobrás, diz respeito a projetos que se enquadram na primeira categoria, ou seja, estão em alguma fase do ciclo anterior ao registro do projeto MDL. Destacou que esse esclarecimento não foi registrado na Ata, e pede que esta questão seja sanada.

O Secretário Executivo informou que a questão foi anotada e será sanada.

Não havendo outras sugestões, a Ata da 40ª reunião foi aprovada.

## **2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

Projetos em revisão ou aprovados com ressalvas cujos proponentes não apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez informou que durante a 40ª reunião da CIMGC foi deliberado que a Secretaria Executiva questionasse os proponentes de projetos que não encaminharam respostas aos ofícios enviados há mais de 60 dias. Convidou o Dr. Newton Paciornik, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, para apresentar uma síntese da situação dos projetos contatados pela Secretaria Executiva.

O Dr. Newton informou que dentre os projetos em revisão cinco projetos requisitaram a suspensão do processo de submissão, são eles:

- 117 – Projeto de Cogeração Giasa II (desde 02/10/06)
- 118 – Projeto de Cogeração com Bagaço Pioneiros (desde 02/10/06)
- 119 – Projeto de Cogeração com Bagaço Ruette (PCBR) (desde 02/10/06)
- 120 – Projeto de Cogeração com Bagaço Nova América Maracaí (desde 02/10/06)
- 127 – Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa (desde 11/12/06)

Dois projetos requisitaram a continuidade do processo de submissão:

- 110 – Projeto de Cogeração com Bagaço Goiás (PCBG) (desde 22/09/06)
- 179 – Projeto de Energia Eólica Icaraí (Of. 294 desde 15/10/07)

Dentre os projetos aprovados com ressalvas apenas um pediu a suspensão do processo de submissão:

- 096 – Projeto de Cogeração com Bagaço Água Bonita (PCBAB) (desde 23/10/06)

Cinco projetos aprovados com ressalva pediram a manutenção do processo de submissão:

- 103 – Projeto de Cogeração com Bagaço Mandu (PCBM) (desde 23/10/06)
- 158 – SANTECH – Saneamento & Tecnologia Ambiental Ltda. – Atividade de projeto de redução de emissões de gás de aterro no Aterro Sanitário SANTEC Resíduos (desde 13/04/07)
- 107 – Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa CAMIL CAMAQUÃ
- 109 – Projeto de captura de gás de aterro sanitário Alto – Tietê (resposta não satisfatória em 04/06/07)
- 126 – Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa da Urbano Sinop

O Dr. Newton esclareceu que conforme combinado durante a 40ª reunião, todos os projetos que responderam requisitando a manutenção do processo de submissão permanecerão por mais 60 dias no site CIMGC.

Informou ainda que a Secretaria Executiva irá passar a adotar o procedimento de envio de ofício aos proponentes de projetos que ultrapassarem o prazo de 60 dias questionando-os quanto ao seu interesse em manter os projetos em processo de submissão.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez acrescentou que a Secretaria Executiva irá retirar do site todos os projetos cujos proponentes não afirmarem o seu interesse em prosseguir com o processo de validação ou os que demonstrarem efetivo desinteresse no processo de submissão.

Segundo o Dr. Haroldo, como a CIMGC adotou o procedimento de comunicação formal aos proponentes de projetos que ultrapassarem o prazo de 60 dias, conforme os casos supracitados, aconselhou, que baseado no princípio da igualdade, o mesmo procedimento seja adotado para os demais projetos que venham a enquadrar-se na mesma categoria. Por fim, sugeriu que seja determinado um prazo para resposta ao ofício encaminhado pela CIMGC, algo como 15 ou 20 dias.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez ponderou que 15 dias corridos seria um prazo razoável para que os proponentes de projetos que ultrapassarem o prazo de 60 dias manifestem o seu interesse no processo de tramitação dos mesmos. Ressaltou que os proponentes de projetos que não apresentarem resposta nesse prazo terão seu processo de submissão cancelado. Pontuou que o objetivo da Secretaria Executiva da CIMGC é o de corrigir a imagem que esta sendo passada para o público externo acerca do tempo necessário para a submissão de projetos MDL no Brasil. Ressaltou que a permanência na página da CIMGC de projetos que não apresentam no prazo de 60 dias suas considerações transmitem uma imagem negativa acerca do processo de submissão.

Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em conformidade com a Resolução 05 da CIMGC (respostas em 02/01/2008 ou antes):

➤ 183 – **Projeto de Troca de Combustível em Caieiras**

O Dr. Newton informou que na opinião do MCT todos os itens questionados pela CIMGC no ofício encaminhado ao proponente do Projeto de Troca de Combustível em Caieiras foram atendidos, assim, sugere que o projeto seja aprovado.

A Dra. Laura Porto e o Dr. Adriano representando o Ministério das Minas e Energias e o Ministério do Meio Ambiente, respectivamente, concordaram com a aprovação do projeto.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação**, do Projeto de Troca de Combustível em Caieiras.

➤ 190 – **Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Salto**

e

➤ 193 – **Projeto de Co-geração da Usina Interlagos**

O Dr. Newton destacou que um aspecto recorrente entre os projetos MDL diz respeito ao fator de emissão da rede, dentre as exigências levantadas pela CIMGC nos dois projetos a única que não foi atendida foi àquela referente ao fator de emissão da rede, ou seja, o proponente dos projetos insistiu em calcular o fator de emissão da rede incluindo os sistemas Sul-Sudeste-Centro-Oeste, enquanto a deliberação da CIMGC fora pelo cálculo em separado do fator de emissão destes subsistemas. Assim, sugeriu que esse assunto fosse discutido em separado e que um único procedimento seja adotado a todos os projetos que apresentarem essa questão.

O Dr. Miguez informou que esse seria um dos temas a serem discutidos na seção outros assuntos, durante a parte final da reunião, no entanto, tendo em vista a implicação do tema com a análise dos projetos MDL sugeriu que fosse adiantado. Acrescentou que um fato novo também deveria ser discutido conjuntamente e diz respeito a uma reunião que aconteceu durante a primeira semana de janeiro com o diretor do ONS, Dr. Hermes Jorge Chipp.

Acrescentou que a imprensa publicou em janeiro de 2008 que o governo estava interferindo no cálculo dos fatores de emissão do sistema elétrico brasileiro. Trata-se de um engano, uma vez que o trabalho que está sendo feito pelo grupo de trabalho formado MCT, ONS e MME visa exclusivamente disponibilizar procedimentos e dados confiáveis para a aplicação da metodologia ACM0002 consolidada pelo Conselho Executivo do MDL. Ressaltou que tal providência se fez necessária uma vez que não havia um padrão entre os dados utilizados pelos proponentes de projetos brasileiro e assim, cada novo projeto MDL calculava os fatores de emissão da rede de maneira distinta.

O Dr. Miguez destacou que a questão fundamental subjacente à discussão dos fatores de emissão refere-se à definição dos sub-sistemas para cálculo dos fatores de emissão do sistema interligado. Segundo o ONS o sistema brasileiro deveria ser subdividido em quatro subsistemas, Sul, Sudeste + Centro Oeste, Norte e Nordeste. Entretanto, muitos

desenvolvedores de projetos alegam que há uma interligação efetiva entre os subsistemas Sul e o Sudeste + Centro Oeste, assim, argumentam que o sistema poderia ser subdividido em três subsistemas, da mesma maneira, há quem defenda a divisão em dois subsistemas ou até mesmo que seja calculado um único fator de emissão para o Brasil.

O Dr. Miguez destacou que o período para recebimentos de comentários no processo de consulta pública que foi aberto pela CIMGC acerca do cálculo dos fatores de emissão brasileiro terminou no dia 15 de janeiro. Sugere, entretanto, que a CIMGC delibere pela extensão deste prazo por pelo menos mais 15 dias, em função do período de férias e dos feriados de final e início de ano.

O Dr. Newton informou que a questão chave é a definição do número de subsistemas que o Brasil pretende trabalhar. O argumento que tem sido empregado pelos proponentes de projeto é o de que a divisão do sistema em quatro subsistemas iria desincentivar o desenvolvimento de novos projetos MDL no Brasil. Entretanto, ressalta que esse tema deve ser tratado com muito cuidado, uma vez que tais decisões devem ser elaboradas sob a ótica estritamente técnica e em conformidade com a metodologia ACM0002 e não visando favorecer o desenvolvimento de projeto MDL em uma região em detrimento da outra.

O Dr. Newton sugeriu que ao término do processo de consulta pública todas as sugestões encaminhadas sejam consideradas e que o grupo de trabalho formado pelo MCT, ONS e MME prossiga com o seu trabalho com vistas à finalização de uma proposta de cálculo dos fatores de emissão brasileiros e da conseqüente subdivisão dos subsistemas. Ressaltou que o que tem de ser avaliado com vistas à definição de que subdivisão dos subsistemas deverá ser adotada e a real capacidade de transmissão destes na rede, assim, caso seja possível transmitir, sem restrições significativas, energia entre os subsistemas Sul e Sudeste + Centro Oeste, não haveria porque calcular os fatores de emissões em separado, entretanto, caso haja barreiras significativas de transmissão entre esses subsistemas a energia gerada em um subsistema dificilmente será utilizada para evitar a produção de energia no outro, assim, a melhor estratégia deveria ser o cálculo de fatores de emissão específicos para cada um.

O Dr. Newton acrescentou que o diretor do ONS, Dr. Hermes Jorge Chipp convocou uma reunião com a CIMGC para discutir a definição do fator de operação da rede brasileira e tentar compreender melhor os aspectos envolvidos. Relatou que o ONS está sofrendo grande pressão para recuar de sua posição original de separação do sistema nacional em quatro subsistemas e passa a ventilar a possibilidade de dividir o sistema nacional em apenas dois subsistemas Norte + Nordeste e Sul + Sudeste + Centro-Oeste.

O Dr. Newton ressaltou a importância de uma definição célere acerca dos fatores de emissões uma vez que existe grande pressão por parte de desenvolvedores de projeto que estão em processo de análise para obtenção de carta de aprovação junto a CIMGC. Destacou também que existem projetos que estão sendo submetidos utilizando o fator de emissão do subsistema Sul isoladamente, em conformidade com os preceitos estabelecidos pela CIMGC, entretanto, caso haja uma decisão pelo cálculo integrado dos subsistemas Sul + Sudeste + Centro-Oeste, os fatores de emissão dos projetos calculados com o subsistema Sul isoladamente estariam superestimados.

O Dr. Miguez complementou a sua exposição destacando que a iniciativa para definição do cálculo dos fatores de emissão brasileiro surgiu, entre outros fatores, pela necessidade de padronização dos fatores de emissões dos projetos nacionais que estavam sendo apresentados ao Conselho Executivo do MDL com números significativamente díspares. Ressaltou que durante a última reunião do Conselho Executivo realizada em Montreal os membros decidiram não registrar projetos Brasileiros cujas planilhas apresentavam eficiência de 25% para térmicas à gás natural em ciclo combinado, o que foi resolvido com a definição de eficiências pelo EB para o Brasil .

Acerca da matéria que foi publicada no Jornal Valor Econômico destacou sua imprecisão uma vez que não compete à CIMGC alterar uma metodologia aprovada pelo Conselho Executivo do MDL, o que foi feito pelo Grupo de Trabalho foi a simples aplicação da metodologia ACM0002, utilizando dados fornecidos pelo ONS além de informações sobre combustíveis coletadas junto ao MME. Informou que a fonte consultada pelo jornal, empresa EcoSecurities, defendeu a idéia de implementação de um fator de emissão único para o Brasil.

O Dr. Miguez alertou, no entanto, que a visão defendida pelo Valor Econômico não considera o fato do MDL ser um mecanismo que visa compensar emissões de gases de efeito estufa em países Anexo I. Assim, caso o Brasil defina fatores de emissão superestimados estará diretamente contribuindo para elevar os níveis globais de emissões de gases de efeito estufa.

A Dra. Laura Porto destacou que esse assunto deve ser discutido com muita cautela e de maneira técnica. Concordou que o grupo de trabalho formado pelo MCT, ONS e MME deva continuar analisando o assunto. Ressaltou ainda que a CIMGC deva permanecer colocando em revisão todos os projetos que estão calculando o fator de emissão utilizando os subsistemas Sul + Sudeste + Centro-Oeste até que haja um consenso acerca do assunto.

A CIMGC então deliberou pelos seguintes entendimentos:

- Extensão do período para recebimentos de comentários no processo de consulta pública acerca do cálculo do fator de emissão do sistema elétrico brasileiro por 15 dias corridos.
- Manutenção do Grupo de Trabalho formado pelo MCT, ONS e MME para buscar um consenso acerca do melhor procedimento a ser adotado para divisão dos subsistemas elétricos brasileiros, de preferência até 7 de março, data da próxima reunião da Comissão.
- Manutenção em revisão de todos os projetos que estiverem calculando o fator de emissão utilizando os subsistemas Sul + Sudeste + Centro Oeste até que haja um consenso acerca do assunto.

O Dr. Francisco Romário Wojcicki, Secretário Executivo Adjunto do Ministério das Minas e Energias informou que há uma tendência crescente de termificação da matriz elétrica nacional e também como contrapartida o incentivo a produção de energia por fontes renováveis, principalmente nas regiões Nordeste e Sul do país.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira representando o Ministério do Meio Ambiente destacou sua concordância com a posição adotada, principalmente no que se refere à preocupação com a integridade ambiental do Protocolo de Quioto. Entretanto ressaltou que essa decisão acarretará um significativo ônus político à CIMGC uma vez que existem projetos aguardando sua aprovação desde agosto de 2007.

Após as exposições o Secretario Executivo da CIMGC Dr. José Domingos Gonzalez Miguez apresentou entendimento e a CIMGC deliberou pela manutenção dos projetos “Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Salto” e “Projeto de Co-geração da Usina Interlagos” em **revisão** até o encerramento e análise do processo de **Consulta Pública n.º 01, de 07 de dezembro de 2007**, sobre os Fatores de Emissão de CO<sub>2</sub> pela geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) do Brasil.

Projetos em **revisão** submetidos fora do prazo de 10 dias úteis estabelecido pelo artigo 03 da Resolução n.º 05 (respostas após 02/01/2008):

#### ➤ 200 – **Projeto Pequena Central Hidroelétrica ARS**

O Dr. Newton explicou que o mesmo projeto submetido à CIMGC, também está sendo validado, em versão mais recente, como pôde ser verificado na página da UNFCCC. Ponderou que a CIMGC deveria encaminhar uma única exigência ao proponente de projeto, requerendo que seja submetida para análise da CIMGC a ultima versão da documentação.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do projeto Pequena Central Hidroelétrica ARS, para o atendimento da seguinte exigência:

- A Comissão somente poderá decidir se a atividade contribuirá para a República Federativa do Brasil alcançar o desenvolvimento sustentável após analisar os documentos em sua última versão.

#### ➤ 201 – **Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II**

O Dr. Newton explicou que o parecer do MCT foi pela manutenção em revisão. Comentou que havia dúvidas sobre a utilização correta do fator de emissão do sistema isolado. Pediu que a Dra. Laura Porto falasse mais sobre os pontos levantados pelo MME a este respeito.

A Dra. Laura Porto explicou que a linha de base não estava clara, que a PCH ficaria a uma distância de apenas 4 km da usina Dardanelos, que segundo o PAC, entrará em operação ainda em 2008 estando a obra em dia e sendo prevista a interligação à rede nacional assim que a usina esteja operando. Assim sendo, o argumento expresso no projeto de que a

distância da PCH com a rede isolada seria de 230 km, não poderia estar correto e não faria sentido manter a rede local isolada devido a uma distância de 4 km.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Corrigir o formato de numeração da Tabela 2 item A.4.3 no DCP, a fim de unificar a formatação numérica.
2. Apresentar no DCP/PDD a figura representativa da situação da atividade de projeto e da UHE Dardanelos, de forma a tornar clara a localização de ambos os empreendimentos e a distância entre eles.
3. Esclarecer, através de declaração atual da CEMAT em que conste o plano de expansão da Concessionária, se há previsão de conexão da PCH Faxinal II à rede nacional. Havendo conexão dos municípios abrangidos pela PCH Faxinal II ao Sistema Integrado Nacional – SIN, informar em que data isso acontecerá; não havendo, dizer o porquê, já que as duas usinas geradoras serão muito próximas. No caso de haver ligação futura ao SIN, apresentar o cálculo das emissões evitadas pela atividade de projeto utilizando o fator de emissão da margem combinada, segundo a metodologia ACM0002, calculado para a região Sudeste/Centro-Oeste, sem incluir a Região Sul.
4. Esclarecer, através de documentos comprobatórios atuais, a escolha da linha de base como sendo a emissão de termelétricas a diesel (100%), já que está em conflito com o seguinte parágrafo do DCP:

*“Não obstante, a tabela abaixo, contendo dados das plantas da REDE-CEMAT, também fornecida pela SEPLAN, mostra uma pequena redução na produção de energia térmica entre 2002 e 2003 na Região Central de Aripuanã. No entanto, em 2003 a geração térmica ainda representava 57,8% de toda a energia produzida na área e, mesmo que essa redução continue, é razoável estimar que a elevada participação das geradoras termelétricas se mantenha na região.”*

Caso haja outra fonte de energia não-térmica, refazer os cálculos.

5. Esclarecer a destinação final dos equipamentos das termelétricas, já que serão desativados quando da entrada em operação da PCH Faxinal II, pois caso, os mesmos sejam utilizados em outra localidade, a fuga deve ser contemplada nos cálculos.



6. Atualizar o número da versão do DCP e o PDD devido às alterações pedidas.
7. Reapresentar Relatório de Validação em português e em inglês, compatíveis com a nova versão pedida do DCP/PDD.

➤ 203 – **Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso na PAN2 Fosfertil Piaçagüera**

O Dr. Newton explicou que o fator de emissão da linha de base nesta fábrica era muito maior do que a média nacional, informada pela Abiquim, durante a elaboração do inventário brasileiro de emissões. O mesmo ocorrera com o projeto da Rhodia quanto a Abiquim se manifestou a respeito. No entanto, o Dr. Newton esclareceu que o valor apresentado pelo projeto não destoa significativamente dos números fornecidos pelo IPCC, ademais, a Abiquim reconheceu em carta aos proponentes que o fator de emissão fornecido por ela para o inventário estava subestimado. A Abiquim também teria esclarecido que a tecnologia utilizada pela fosfertil tem, de fato, uma emissão mais alta que a média.

O Dr. Newton destacou que, como coordenador do inventário nacional, ele acredita que haja um benefício secundário do MDL, que é a obtenção de dados mais acurados para o inventário devido à confirmação dos dados de linha de base dos projetos.

O Dr. Newton considerou que resta uma questão menor, que diz respeito a um erro na tabela de cálculo de VPL e que, pelo parecer do MCT, o projeto poderia ser aprovado com essa ressalva.

A Sra. Paula Benatti, representando o MMA, concordou com a **aprovação com a ressalva** do projeto e com a correção proposta pelo Dr. Newton, acrescentou que o proponente considerou as reduções de emissões somente até 2012 quando o projeto segue até 2015 e que os benefícios para o desenvolvimento sustentável do projeto deveriam ser melhor explicados.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalvas** do Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso na PAN2 Fosfertil Piaçagüera para o atendimento da seguinte exigência:

1. Apresentar a tabela completa do cálculo do VPL, considerando todo o período de obtenção de créditos (até 2015) e compatibilizando os valores de crédito de carbono ali apresentados com os constantes no DCP. Esclarecer, ainda, o destino conferido ao resultado líquido, caso se comprove o aumento do mesmo em função da revisão do cálculo do VPL.

Projetos submetidos antes da última reunião que foram analisados pela primeira vez pela comissão

Projetos submetidos na última reunião:

➤ 204 – Conexão à rede do sistema isolado de Porto Murtinho – MS

O Sr. Mauro Meirelles, do MCT, explicou que se trata de substituição da energia térmica do sistema isolado graças à interligação com o sistema nacional. Há, no entanto, questões a serem sanadas, como falta de clareza na localização da atividade de projeto, fugas, dúvidas quanto à metodologia utilizada, problemas no envio e a falta de comprovação de recebimento, por parte dos atores envolvidos, das cartas-convite, devendo o projeto ser revisto.

O Dr. Miguez ponderou que os problemas nas emissões das cartas convites acarretam impossibilidade de manifestação dos agentes interessados, devido ao fim do prazo para comentários. Propôs que fosse exigido novo processo de validação, para que seja aberto novo prazo de 30 dias para que haja a possibilidade de manifestação por parte dos agentes envolvidos e/ou interessados.

O Sr. Adriano, do MMA, reconheceu que houve falha no processo de licenciamento, mas admitiu que, a responsabilidade do atraso não foi do proponente do projeto, mas sim de órgão público, assim, entende que não há motivo razoável para requerer a revisão do projeto. Concordou, porém, com a posição do Dr. Miguez no que se refere a inocuidade de pedir o reenvio de cartas-convite sem a elaboração de um novo relatório de validação e conseqüente desconsideração de eventuais opiniões expressas de atores regionais.

A Dra. Laura Porto, do MME, informou que, segundo a Aneel, a potência da UTE que será desativada no projeto difere da licenciada pela agência. Informou também que recursos provenientes da CCC serão recebidos pelos proponentes e, como comumente ocorre, o proponente não menciona o subsídio no DCP. Lembrou que deve ser corrigida, no DCP, a data de início da atividade e que a versão correta da metodologia e o marco que define o início da atividade de projeto, que foi dado como fevereiro de 2004, não estando clara a adicionalidade do projeto, devam ser esclarecidos.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto ‘Conexão à rede do sistema isolado de Porto Murtinho – MS’, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Acrescentar mais uma informação no DCP/PDD referente à localização do projeto. A utilização do sistema referencial de localização terrestre UTM deve vir acompanhada do número da zona UTM a que se refere. O sistema UTM é baseado em coordenadas métricas definidas para cada uma das 60 zonas. A indicação da zona UTM é necessária, já que as mesmas coordenadas métricas se repetem em todas as 60 zonas.
2. Rever a transcrição da metodologia AM0045 para o PDD. Consta na AM0045 que a metodologia pode ser aplicada se: “Emission factors estimated take into account the increase of demand of the isolated systems and the remaining lifetime of the equipments”. A transcrição desta condição para o PDD não está correta, pois afirma que “The methodology is applicable when the estimated

emission factors increase with the demand of the isolated systems and the remaining lifetime of the equipments”.

3. Esclarecer a versão correta da Metodologia AM0045, pois consta a versão 1.1 e para esta metodologia existe versão 1 (válida de 22.12.2006 a 01.11.2007, para submissão a registro até 01.07.2008) e versão 2 (válida a partir de 02.11.2007).
4. Informar a destinação final dos equipamentos da usina termelétrica a diesel que, segundo o DCP, será desativada quando da implementação da atividade de projeto.
5. Confirmar a localização de Porto Murtinho dentro da região “Polígono dos Tornados”, pois a figura apresentada não ratifica o argumento utilizado para sustentar a barreira tecnológica.
6. Verificar a potência da UTE de Porto Murtinho, pois a mencionada no DCP (3,25 MW) não confere com a autorizada pela ANEEL (2.724 kW);
7. Informar quanto à utilização da Conta Consumo de Combustíveis fósseis – CCC, tendo em vista que a Resolução ANEEL nº. 331, de 03/10/2005, reconheceu o enquadramento da citada empresa na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC. Essa informação não consta do DCP/PDD e deve ser considerada na análise de barreiras da atividade de projeto;
8. Esclarecer o marco que define o início da atividade de projeto, tendo em vista que a primeira Portaria referente a construção da rede distribuição de Porto Murtinho é de 1983, obteve licença prévia em 2004 e a UTE Porto Murtinho foi desativada em fevereiro de 2004;
9. Alterar a data de início para a obtenção dos créditos, pois a data de 01/01/2008 não será mais possível;
10. Apresentar documentação emitida pela concessionária local que comprove que a atividade de projeto não estava prevista no plano de expansão desta concessionária;
11. Rever toda tradução do PDD para o português, evitando erros como:
  - ✓ a tradução de “poste” para “post”;
  - ✓ os encontrados no item B.6.4 do DCP;
  - ✓ reescrever a primeira frase do item B.6.1 do DCP que está incompreensível. A frase diz que “A metodologia AM0045 considera para o cálculo das emissões do projeto a determinação do fator de emissão da rede pertinente à qual a atividade de projeto está interligada como os dados principais a serem determinados de acordo com o conceito de fator de emissão da margem combinada da ACM0002”.
  - ✓ trechos não traduzidos no Relatório de Validação (página 13, itens 2.2, 3.4, 4 e 5);
12. Reapresentar o Relatório de Validação de modo que o item 6 referencie corretamente a última versão do PDD, e sua data.

13. Rever toda a tradução do Relatório de Validação para o português, evitando erros como:

- ✓ datas diferentes da Revisão do relatório;
- ✓ frase faltante no item 2.1;
- ✓ item 6 referenciando corretamente a versão do DCP e sua data;
- ✓ não apresente itens em inglês.

14. Refazer o processo de Validação, de forma que o envio dos convites aos atores locais afetados e/ou interessados seja anterior ao período aberto a comentários públicos no processo de validação. Cartas enviadas a atores locais afetados e/ou interessados nas atividades de projeto foram encaminhadas a esta Comissão sem os Avisos de Recebimentos (ARs) e não foi apresentada carta-convite endereçada ao órgão ambiental municipal de Porto Murtinho e o respectivo AR. Tal procedimento foi feito em desconformidade com o Art. 5º da Resolução nº 4, que assim determina:

“Os convites aos atores locais afetados e/ou interessados nas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, conforme constam no art. 3º, II da Resolução nº 1 desta Comissão, **deverão ser enviados antes do início do período de validação**, a fim de garantir que eventuais comentários sejam incorporados à documentação submetida a esta Comissão com vistas a obter a aprovação das atividades de projeto pela autoridade nacional designada.”

#### ➤ 205 – Usina Hidrelétrica a fio d’água 14 de julho da CERAN

O Dr. Newton explicou que o FE do Sul *ex post* foi utilizado pelo proponente e que, deve ser questionado se o FE de emissão está sendo discutido. E que há outras questões a serem sanadas.

A Dra. Laura Porto, do MME, ponderou que o proponente foi coerente com o que foi determinado pela CIMGC.

O Dr. Newton, do MCT, lembrou que a metodologia ACM0002 assume que haverá uma decisão única sobre o fator de emissão.

O Dr. Miguez explicou que em seu entendimento não houve ainda uma decisão e que quando for tomada ela poderá começar a valer como previsto na metodologia.

A Dra. Laura Porto sugeriu que deva ser estabelecido um marco zero a partir da decisão sobre os fatores de emissão, mas que o proponente que enviou o projeto feito seguindo a

orientação da CIMGC não poderia ser prejudicado por ter sido coerente com o fator de emissão publicado.

O Dr. Francisco Romário, explicou que a tendência do sistema é caminhar para a interligação dos subsistemas nacionais, entretanto destacou que atualmente este cenário ainda não foi alcançado, haja visto a dependência sistêmica de geração de energia termoeletrica na região Sul.

Dr. Miguez convidou o Dr. Francisco Romário para participar da reunião com a ONS, para que este ponto possa ser esclarecido.

O Sr. Adriano Santhiago de Oliveira, do MMA concordou com a posição do MME de não levantar uma ressalva a respeito da utilização do subsistema Sul, uma vez que o proponente seguiu a recomendação da CIMGC no momento da sua submissão.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalvas**, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ Esclarecer o fato de o fluxo de caixa do projeto apresentar receitas positivas em 2007, se a operação comercial da UHE será iniciada somente em julho de 2008.
- ✓ Estender a análise de investimentos para todas as demais alternativas ao projeto.
- ✓ Corrigir o terceiro ponto levantado após a análise das tabelas 10.1 a 10.3 onde se afirma que 32,44% dos projetos outorgados que não começaram a ser construídos são UHEs. O percentual correto é de 17,20%, como consta na tabela 10.3.

2. Reapresentação do Relatório de Validação, para se referenciar a nova versão do DCP/PDD e observar a conformidade entre as versões em inglês e em português, evitando-se erros do tipo:

- ✓ Solicitações de Ação Corretiva diferentes entre as duas versões;
- ✓ Solicitações de Mais Informações diferentes entre as duas versões;

3. Verificar a data do Relatório de Validação, pois consta a data de 12 de novembro de 2007 e os documentos foram submetidos à análise da Comissão em 06 de novembro de 2007.

➤ **206 – Reduções de Emissões da PFC na Albras, Alumínio Brasileiro S/A.**

O Dr. Newton apresentou o parecer do MCT, questionando qual a efetiva contribuição para o desenvolvimento sustentável. Explicou que muitos proponentes acreditam ser obrigatório o preenchimento de todos os tópicos do Anexo III, e que acabam escrevendo benefícios que

não procedem. Disse que apesar de dizer respeito ao Anexo III, a ressalva não é de grande relevância por se tratar de uma correção na forma de elaboração da argumentação referente ao Anexo III.

A Dra. Laura Porto pediu que fossem corrigidas as datas dos documentos, uma vez que a data do DCP se encontra cronologicamente após a data de elaboração do relatório de validação que o referencia.

O Sr. Adriano, do MMA, afirmou que, apesar de se tratar de atividade que em si não obriga a um licenciamento próprio, ela está inserida em um empreendimento que o exige e que qualquer alteração deva ser comunicada ao órgão licenciador.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalvas** do projeto ‘Reduções de Emissões da PFC na Albras, Alumínio Brasileiro S/A’ para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do Anexo III mostrando de forma clara e objetiva as contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável. Em particular, demonstrar a contribuição para a sustentabilidade ambiental local, tendo em vista que a redução de emissão de GEE por si só não traz melhorias para a comunidade local.
2. Apresentar prova de que a atividade específica do projeto foi comunicada ao órgão ambiental competente, e que reste comprovada a aprovação da atividade-foco do Projeto.
3. Verificar e corrigir a data do Relatório de Validação emitido pela EOD, pois o mesmo encontra-se com data anterior à do DCP, última versão.

Novo projeto apresentado:

O Dr. José Miguez informou que há apenas um projeto apresentado que deva ser avaliado até a próxima reunião da Comissão.

O Dr. Newton ressaltou que, como de praxe, eventuais novos projetos submetidos após esta data serão apresentados a todos os membros da Comissão e, desde que haja tempo e que todos os membros aceitem analisá-los, podem vir a ser apreciados já na próxima Reunião.

➤ **207 – Projeto de Co-geração - Santa Cruz S.A. - Açúcar e Álcool**

### **3. Outros Assuntos**

Dr. André Odenbreit Carvalho, do MRE fez um relato sobre a atuação da comitiva brasileira na 13ª Conferência das Partes da Convenção Quadro da ONU sobre Mudança do Clima e na 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Quioto realizadas em Bali, Indonésia, durante 3 a 14 de dezembro de 2007.

O Dr. Haroldo Machado apresentou minuta de resolução nº 7 que altera as resoluções nº 1 e nº 4 desta mesma Comissão em relação às cópias dos convites de comentários enviados pelos proponentes aos agentes envolvidos e afetados pelas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Também apresentou a revogação do Art. 6º da Resolução nº 4 e alteração do art. 3, IV da Resolução nº 1 e de outros dispositivos referentes aos procedimentos de comunicação pelos proponentes dos projetos sobre a distribuição das Reduções Certificadas de Emissão (RCEs) emitidas, uma vez que tal informação está disponível para consulta na página do Conselho Executivo do MDL.

Ficou acertado que os membros da CIMGC deveriam analisar essa minuta de resolução apresentada e encaminhar sugestões e propostas à Secretaria Executiva da CIMGC, e que tais sugestões estariam disponíveis no acesso restrito da página do MCT até 31 de janeiro. Depois dessa data, o Dr. Haroldo prepararia uma versão consolidada até o final de fevereiro para que pudesse ser analisada na próxima reunião.

O Sr. Mauro Meirelles lembrou ao Dr. Miguez que a Resolução N. 1 pede que se incluam no DCP as contribuições do projeto ao desenvolvimento sustentável no país, na forma do Anexo III. O Dr. Miguez disse que a estrutura do DCP é de responsabilidade exclusiva do Conselho Executivo, instruindo em seguida ao Dr. Haroldo que verificasse e corrigisse o problema.

A Consultoria Jurídica do MCT se comprometeu a apresentar suas considerações finais durante a 42ª Reunião da CIMGC.

O Sr. Bruno Kerlakian Sabbag, assessor da CIMGC apresentou a Nota Técnica nº 05-2008-CIMGC/MCT que versa sobre a recomendação de anulação da carta de aprovação emitida pela CIMGC para o “Projeto Agroceres PIC – Captura e combustão de GEE de granja de suínos no sudeste do Brasil”, em razão da incompetência da Entidade Operacional Designada - EOD.

Na opinião do Secretário Executivo a ação da EOD não necessariamente foi “má fé” ou erro, uma vez que o processo de credenciamento de Entidades Operacionais Aplicantes, tanto para novas entidades quanto para o credenciamento em novos escopos setoriais envolve a análise e elaboração de uma validação como parte do processo de avaliação da UNFCCC. Assim, considera que a CIMGC não deva se posicionar formalmente acerca desse assunto, tão somente requisitando do proponente de projeto que seja encaminhado um novo Relatório de Validação, final e válido.

O Secretário Executivo informou aos membros da CIMGC que a nova modalidade de projeto MDL, o MDL programático ou programa de atividades, representa um grande potencial para novos projetos. Entretanto, esclareceu que até a data da reunião apenas um único projeto desta categoria encontrava-se em processo de validação junto ao Conselho Executivo do MDL. Destacou que é esperado que o Conselho Executivo estabeleça brevemente regras claras e definitivas acerca do assunto na medida em que o primeiro projeto seja registrado e sugere que a CIMGC aguarde o primeiro registro de um programa de atividades do Conselho Executivo para preparar uma resolução contendo os procedimentos nacionais para a submissão desses projetos.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Dr. José Miguez agradeceu a presença de todos os representantes dos ministérios e encerrou a reunião.